

SÉRIE DE DOCUMENTOS DE TRABALHO

PERSPECTIVAS
SOBRE A
INCLUSÃO
SOCIAL

POBREZA, DESIGUALDADE
E INCLUSÃO SOCIAL

Andrew Mitchell
Richard Shillington



Parceiro / Tradução para português: Fundação
ARAGÃO PINTO

PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL

1º Artigo: POBREZA, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL (*Poverty, Inequality and Social Inclusion*)

Andrew Mitchell
Richard Shillington

Andrew Mitchell é director de programas com do conselho planeamento social comunitário de Toronto, estando de momento envolvido num projecto do Conselho de Investigação em Humanidades e Ciências Sociais da Universidade de Toronto intitulado “Assistência Social na Nova Economia”.

Richard Shillington é autónomo e realiza investigações na área da política social.

PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL

Fundação Laidlaw

A Fundação Laidlaw é uma fundação privada, de interesse público que utiliza os seus recursos humanos e financeiros de formas inovadoras para fortalecer a participação cívica e a coesão social. A Fundação usa seu capital para melhorar os ambientes e cumprir as capacidades das crianças e jovens, para reforçar oportunidades para o desenvolvimento e criatividade humanas e sustentar comunidades saudáveis e ecossistemas.

A Fundação apoia uma grande diversidade de projectos inovadores e frequentemente não convencionais em três áreas do programa: nas artes, no ambiente e melhoria das perspectivas de vida para crianças, jovens e famílias.

Trabalhar para a inclusão social é um tema que está na base de muita da actividade da Fundação. As palavras-chave na missão da Fundação - o desenvolvimento humano, de comunidades sustentáveis e ecossistemas - implicam que a sua realização contará com o reforço da capacidade e aptidão.

A inclusão social não está só a ser desenvolvida como um fluxo de financiamento emergentes na Fundação Laidlaw mas é parte do seu valor a nível da estruturação e de programação.

Nathan Gilbert
Diretor Executivo

PREFÁCIO:

Perspectivas da Fundação Laidlaw sobre a inclusão social

O contexto para a inclusão social

Os temas relacionados com as crianças tomaram relevante destaque nas agendas dos governos por diversas vezes ao longo da passada década mas este facto tende a inverte-se sempre que nos deparamos com uma crise económica, um défice orçamental, crises nas relações entre governos e administrações locais ou, mais recentemente, preocupações com o terrorismo e a segurança nacional. Embora se tenham alcançado importantes conquistas na política pública nos passados 5 a 10 anos, não houve um compromisso governamental sustentável para com as crianças nem uma melhora significativa no bem-estar das mesmas e de suas famílias. De facto, em muitas áreas, temas relativos a crianças e suas famílias perderam terreno e a exclusão social começa a emergir como uma questão importante no Canadá. Os exemplos abundam e incluem estes factos:

- A sob representação de minorias raciais de famílias e crianças entre aqueles que vivem em situação de pobreza nas grandes cidades, e a negação de acesso a diversos serviços a imigrantes e as famílias dos refugiados;
- O aumento de 43% no número de crianças em situação de pobreza no Canadá desde 1989, o aumento de 130% no número de crianças sem habitação em Toronto, assim como uma das mais elevadas taxas de encarceramento de jovens entre países da *Commonwealth*;
- A exclusão de crianças com deficiência dos quadros de políticas públicas (por exemplo, da Agenda Nacional para a Infância), das definições de desenvolvimento considerado "saudável" da criança e, demasiadas vezes, da vida comunitária.

Estas situações são do interesse da Fundação Laidlaw na perspectiva da inclusão social. O programa da Agenda da Fundação da Criança começou por explorar a inclusão social em 2000 como uma forma de reenfocar as políticas para a criança e a família por:

- Reenquadrar o debate sobre a pobreza, vulnerabilidade e bem-estar das crianças a fim de destacar a dimensão social da pobreza (ou seja, a incapacidade de participar totalmente na comunidade)
- Vinculação da pobreza e da vulnerabilidade económica com outras fontes de exclusão como a deficiência, o racismo, a rejeição da diferença e a opressão histórica.
- Encontrar um terreno comum entre as preocupações com o bem-estar das famílias com as crianças para ajudar a gerar maior vontade pública e política para agir.

A Fundação encomendou uma série de trabalhos de investigação para examinar a inclusão social a partir de várias perspectivas. Embora os autores abordem o tema sob diferentes pontos de partida e enfatizem diferentes aspectos de exclusão e inclusão, existem importantes tópicos e conclusões comuns. Os trabalhos em curso chamam a atenção para as novas realidades e

entendimentos que devem ser levados a cabo no desenvolvimento da política social e na criação de uma sociedade mais justa e saudável.

São eles:

- Seja a fonte de exclusão a pobreza, o racismo, o medo das diferenças ou a falta de influência política, as consequências são as mesmas: a falta de reconhecimento e de aceitação, impotência e 'mudez'; vulnerabilidade económica e, experiências de vida diminuídas e perspectivas de vida limitadas. Para a sociedade como um todo, a exclusão social de indivíduos e grupos pode tornar-se uma grande ameaça para a coesão social e prosperidade económica.
- Uma abordagem baseada nos direitos é inadequada para abordar a sistemática exclusão de crianças e adultos. As pessoas com deficiência têm, mais dinamicamente, reivindicado abordagens baseadas na inclusão social e no reconhecimento para tentar alcançar o que os direitos humanos só por si não conseguem.
- A diversidade e a diferença, seja com base na raça, deficiência, religião, cultura ou sexo, devem ser reconhecidas e valorizadas. A abordagem "o que serve para um serve para todos" deixou de ser aceitável e eficaz na promoção do bem-estar das crianças e famílias.
- As políticas públicas devem estar mais estreitamente ligadas às experiências de crianças e famílias, tanto em termos de programas actuais como no processo de construção dessas políticas e programas. Esta é uma das razões para o crescente interesse em cidades e comunidades, como locais onde se opera a inclusão e a exclusão.
- Os programas e políticas universais que servem as crianças e famílias geralmente proporcionam uma base mais forte para melhorar o bem-estar que abordagens residuais, orientadas ou segregadas. A investigação e evidência desta afirmação são suportadas por sectores da educação, desenvolvimento infantil e da saúde da população.

Compreender a inclusão social

O conceito de exclusão social como um importante conceito político emergiu na Europa da década de 1980 como resposta às crescentes divisões sociais resultantes de novas condições de mercado de trabalho e da inadequação das políticas sociais existentes às necessidades de mudança das mais diversas populações.

A inclusão social não é, no entanto, apenas uma resposta à exclusão.

Embora muitos trabalhos usem a exclusão social como ponto de partida para as suas discussões, partilham connosco o conceito de que a inclusão social é válida como processo e objectivo. A inclusão social consiste na certificação de que todas as crianças e os adultos são capazes de participar como membros valorizadas, respeitados e contribuintes da sociedade. É, portanto, um conceito normativo (baseado no valor) - uma forma de elevar a fasquia e entender onde queremos estar e como chegar lá.

A inclusão social reflecte uma abordagem dinâmica do desenvolvimento humano para o bem-estar que exige mais do que a remoção de barreiras ou riscos. Exige investimentos e medidas para alcançar as condições para a inclusão como nos têm ensinado os movimentos internacionais de desenvolvimento humano e de saúde da população.

O reconhecer a importância da diferença e diversidade tornou-se central para as novas compreensões de identidade, tanto a nível nacional como comunitário. A inclusão social vai um pouco mais além: exige a validação e reconhecimento da diversidade, bem como um reconhecimento da comunhão de experiências e aspirações partilhadas entre as pessoas, especialmente evidentes entre famílias com crianças.

Isto sugere fortemente que a inclusão social se amplia para além da inserção de 'forasteiros', ou de noções de periferia em relação ao centro. Trata-se do encurtamento das distâncias físicas, sociais e económicas que separam as pessoas, e não apenas da eliminação de fronteiras ou barreiras entre *nós* e *elas*.

Pilares da inclusão social

O procedimento dos trabalhos em curso revelou que a inclusão social é um conceito complexo e desafiador que não pode ser reduzida a uma única dimensão ou significado. O trabalho dos diferentes projectos de investigação, em conjunto com outras iniciativas que a Fundação patrocinou como parte da sua exploração da inclusão social, ajudou-nos a identificar cinco dimensões críticas, ou pilares, da inclusão social:

✓ **Reconhecimento valorizado** -reconhecimento e respeito a indivíduos e grupos. Isto inclui o reconhecimento das diferenças no desenvolvimento da criança e, portanto, não associar deficiência mental a patologia, apoio a escolas comunitárias que são sensíveis às diferenças de cultura e género; e prorrogamento da noção para o reconhecimento do valor comum através de programas universais tais como cuidados de saúde.

✓ **Desenvolvimento humano** - Fomentar o talento, habilidades, capacidades e escolhas de crianças e adultos a viver uma vida que valorizem de modo a fazer uma contribuição digna. Os exemplos incluem: aprendizagem e desenvolvimento de oportunidades para todas as crianças e adultos; cuidados comunitários e programas de recreação infantil para crianças cujo crescimento é promovido e estimulado e não programas meramente de custódia.

✓ **Envolvimento e compromisso** - Ter o direito e apoio necessário para estar envolvido em decisões que o afectam, á família e comunidade, e de estar envolvido na vida da comunidade. Os exemplos incluem: o envolvimento dos jovens e o controlo dos serviços de juventude; envolvimento parental no currículo escolar ou em decisões que afectam suas crianças; participação de cidadãos nas decisões políticas municipais; e participação política.

✓ **Proximidade** – Partilha de espaços físicos e sociais para proporcionar oportunidades de interacções, se desejadas, e para reduzir as distâncias sociais entre as pessoas. Isso inclui a partilha de espaços públicos, como parques e bibliotecas; bairros com diferentes classes sociais; e escolas e salas de aula integradas.

✓ **Bem-estar material** – ter os recursos necessários para permitir que as crianças e seus pais participem plenamente na vida da comunidade. Isto incluiu estar adequadamente alojado e ter um rendimento ajustado.

Passos seguintes: construção de cidades e comunidades abrangentes

Nos próximos 3 anos o programa da agenda para a criança da fundação Laidlaw vai centrar-se na *construção de cidades e comunidades abrangentes*. A importância das cidades e das comunidades tem cada vez mais reconhecimento porque o bem-estar de crianças e famílias está intimamente ligado ao local onde vivem, à qualidade dos seus bairros e cidades, e aos "comuns sociais", onde as pessoas interagem e partilham experiências.

Christa Freiler
Coordenador do Programa Agenda Criança
Fundação Laidlaw

A visão da Fundação Laidlaw de uma sociedade socialmente abrangente fundamenta-se num movimento internacional que tem como objectivo o progresso no bem-estar das pessoas pela melhora da saúde nas cidades e comunidades. A percepção desta visão é um projecto a longo prazo para assegurar que todos os membros da sociedade participam igualmente como cidadãos valorizados e respeitados. É uma agenda com base na premissa de que para que a nossa sociedade seja justa, saudável e segura, é necessária a inclusão de todos.

Paulo Zarnke
Presidente e Ex-Presidente
Agenda Criança Comité Consultivo Fundação Laidlaw

POBREZA, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Introdução:

Canadá pode definir uma limitada meta social para a eliminação da pobreza que pode implicar a necessidade de fundos para satisfazer as necessidades básicas. Um objectivo social mais amplo seria "a igualdade de oportunidades", que seriam controladas com base na desigualdade de rendimentos, ou pobreza relativa. Ainda mais ambicioso seria um objectivo político que aproxima-se na inclusão social. Esta meta tem implicações para a participação, capacitação e acção de cidadãos para ferramentas para o encorajamento dos cidadãos (económicas, sociais, de saúde, educativas e jurídicas) que tornam a autonomia possível.

A oportunidade proporcionada pelos conceitos de exclusão e inclusão vem acrescida por alguns riscos. A inclusão social, como a pobreza, é um conceito contestado. O significado social ultrapassa o pequeno intervalo de políticas de inserção no mercado de trabalho; políticas que têm impacto questionável em noções gerais de inclusão, a noções mais amplas de capacidade e participação. No entanto, pode ser ainda mais arriscado ignorar um discurso que está invadindo o domínio da política social na América do Norte, após dominar as discussões na Europa.

Este artigo explora a relação entre os conceitos relativos à pobreza, desigualdade e exclusão / inclusão social. Embora haja semelhanças e sobreposições entre eles, e que estes sejam usados ocasionalmente como sinónimos, são conceitos distintos. Cada um tem um impacto no bem-estar e, de facto, eles são interdependentes. A redução da pobreza é necessária para a sobrevivência. A desigualdade afecta a auto-estima, mas também a liberdade, autonomia e inclusão social, que são pré-requisitos para o bem-estar. A nossa escolha para a definição reside, em parte, no sentido para o qual procuramos inclusão social – bem-estar individual versus maior coesão social, como centro das nossas preocupações.

Este artigo é baseado numa série de contestações que são fundamentais para a compreensão da inclusão e exclusão social e para a sua aplicação a políticas públicas e práticas:

1. Possuir rendimentos suficientes para as necessidades básicas e para a decência é um passo importante para o bem-estar. Isso é demonstrado pela noção de pobreza como "a capacidade de privação", desenvolvido por Amartya Sen (1992). A sua concepção mais ampla, incidindo sobre a capacidade, em vez de pobreza, tem fortes paralelos com as noções de exclusão / inclusão.

A inclusão social encoraja a maior atenção nas capacidades que nos rendimentos. Estas podem incluir acesso limitado à saúde e educação básicas. Assim como os impedimentos à capacidade que incluem a negação dos direitos humanos (convénios das Nações Unidas incluem a renda básica, habitação, saúde e educação como um direito humano).

2. A inclusão social e a exclusão são multidimensionais, porque há diferentes domínios de privação que entram neste jogo, isoladamente ou em combinação para criar a exclusão, e muitas formas diferentes de promover a inclusão. Os conceitos de pobreza associada a baixos rendimentos e desigualdades são centrais mas a inclusão tem um sentido mais amplo englobando dimensões físicas e económicas, acções humanas e sociais e habilidades políticas.

3. Os actores sociais e políticos e as instituições criam exclusão e a atenção dispensada a estes actores e processos constitui uma das vantagens no exame da exclusão social. A política e a prática podem reforçar as desvantagens de outras fontes, transformando uma desvantagem inicial em exclusão. O reconhecimento da desvantagem, no entanto definido, não leva automaticamente a uma estratégia para a sua eliminação.

4. A inclusão social permite uma perspectiva compreensiva que testa as limitações de formas prevalentes de políticas anti-exclusão. Em particular, a inclusão social salienta as deficiências de políticas de anti-exclusão que procuram a promoção da inclusão por simples integração dos marginalizados no mercado de trabalho. Estas perspectivas limitadas ignoram o género e outras desigualdades no mercado de trabalho, o valor das responsabilidades familiares e limites para a inclusão através do trabalho implicado pela polarização dos salários e a flexibilidade do mercado de trabalho.

5. A exclusão social direcciona a atenção para os actores e processos que geram a exclusão, não apenas para a exclusão, ou para as consequências da exclusão. Inicia-se com que realmente nos interessa - bem-estar individual - e, em seguida, pergunta quem é afectado e como.

A oposição à exclusão social e a promoção da inclusão não são necessariamente sinónimos. O termo inclusão social carrega tensões políticas que a exclusão social não incluiu. O primeiro sugere a existência de um grupo marginalizado, com necessidade de reabilitação para voltar à sociedade. A segunda sugere que é a sociedade que se deve adaptar para garantir que todos estão incluídos.

Pobreza, desigualdade, capacidade e inclusão social

A sociedade tem interesse em acompanhar o bem-estar dos seus cidadãos. Empregamos, para este efeito, uma variedade de indicadores que captam a nossa percepção de desvantagem e bem-estar. No topo da lista de indicadores está o nosso interesse em saber quantas pessoas são "Pobres". Tais indicadores podem variar de um foco mais pormenorizado sobre o rendimento necessário para satisfazer as carências físicas a um indicador mais amplo, incluindo a posição do indivíduo em relação à sua comunidade.

Esta secção revê o debate contemporâneo sobre o significado da pobreza no Canadá. Defendemos que todos os conceitos de pobreza são inesgotavelmente relativos e que a escolha da medida é realmente uma escolha entre objectivos da política. De forma particular quando consideramos uma perspectiva intergeracional é difícil, se não impossível, distinguir entre a igualdade de oportunidades e a igualdade de consequências.

As consequências de uma geração modelam as oportunidades das próximas.

Pobreza no Canadá

A pobreza é um termo intensamente controverso no Canadá. Para alguns comentadores a pobreza tem significado apenas em termos do mínimo necessário para a sobrevivência física – “a capacidade de comprar comida e todos os bens necessários para a satisfação das necessidades básicas” (Bourgignon; 2), apesar de que se pode relacionar com algo mais que mera

subsistência. Outros, seguindo Townsend, argumentam que a pobreza só pode ser entendida como um conceito relativo e, portanto intimamente relacionado, se não sinónimo com a elevada desigualdade de rendimentos.

Estas abordagens diferentes produziram uma variedade de definições. No Canadá, a operabilidade da ideia de pobreza relativa significa usualmente traçar uma linha de rendimentos que é uma fracção do rendimento médio da sociedade. No outro extremo do espectro, o padrão que mais se aproxima do absolutista ideal de pobreza como mera sobrevivência física são as linhas de pobreza estabelecidas pelo Instituto Fraser. Na visão desta Instituição, o que consideramos pobreza não deveria ser afectado pelos padrões de vida que existem no resto da sociedade, ou por mudanças nesses padrões de vida. No meio existe uma variedade de definições híbridas que incorporam elementos de ambos.

Embora o espaço não permita uma completa exploração dos conceitos de pobreza absoluta versus relativa, pode-se afirmar que a distinção entre a pobreza absoluta e relativa é talvez mais ténue que a que se conhece. Existem provas acumuladas de que a desigualdade por si só tem efeitos nas consequências e capacidades básicas como a saúde e a educação, para além do nível absoluto de rendimentos (Raphael: 2000).

Além disso, quando as crianças são os sujeitos, temos de adoptar uma perspectiva intergeracional. A igualdade de oportunidades dificilmente se desassocia da igualdade de consequências quando se toma uma perspectiva intergeracional, e as consequências de uma geração modelam as oportunidades das próximas.

Objectivos da pobreza e da política

A escolha de medir de pobreza implica uma escolha entre os objectos políticos. Qual a consequência que se procura? Começar com o que deveríamos medir antes de conhecer os resultados a esperar é pôr o carro à frente dos bois. Qual é o objectivo da política pública ao qual as estatísticas relativas à pobreza estão orientadas? Serão os recursos suficientes para atender às necessidades físicas na saúde? Será a igualdade de oportunidades ou igualdade de consequências?

Vale a pena considerar as implicações, particularmente em relação à inclusão social, de uma abordagem absoluta para a pobreza. Num cenário em que os padrões de vida da classe baixa canadiana parecem constantes, mas tendem a ser inferiores à norma, as taxas absolutas de pobreza serão constantes mas as relativas subirão. As implicações das políticas são que os níveis de vida dos canadianos de classe baixa necessitam ser relacionados com a norma – de famílias da classe média - e por sua vez, o crescente aumento da riqueza da sociedade necessita ser partilhada com os mais desfavorecidos. A expectativa seria a de uma cada vez maior "distância social" na sociedade, ainda que os nossos indicadores de pobreza assinalem que não há necessidade de uma resposta política.

Assim, para aqueles cujo objectivo político é simplesmente o de atender às necessidades físicas básicas das pessoas, uma medida absoluta de pobreza é suficiente. Para os mais interessados na igualdade de oportunidades e na participação cívica de populações que de outra forma estariam excluídas, a desigualdade dos rendimentos também será de interesse. O debate sobre inclusão social ampliará ainda mais a nossa esfera de interesse.

Crítica de Sen - capacidades, funcionamentos e bem-estar

Independentemente das suas discordâncias, virtualmente todos os comentadores definiram o conceito de pobreza como um conceito centrado na inadequação dos rendimentos. Um pensamento mais fundamentalista do significado de pobreza é dado por Amartya Sen, que defende que a privação não é determinada pelo que as pessoas possuem, mas pelo que lhes permitem fazer. Por outras palavras, Sen distingue entre a mera posse de determinados bens, ou dos rendimentos que podem determinar a posse de esses bens e o que é verdadeiramente importante - as capacidades individuais para incorporar-se em eventos sociais, participar nas actividades sociais e manter o auto-respeito. A capacidade da abordagem de Sen concentra-se nas ferramentas e capacidades disponíveis que permitem às pessoas dar forma às suas vidas.

Estas capacidades incluem a disposição dos recursos necessários para tornar a vida como algo a valorizar. Vão além dos rendimentos para incluir saúde e liberdade (económica e política) para influenciar o ambiente de cada um. Este, por sua vez, chama a nossa atenção para os direitos a esses bens e ao comando que as famílias têm sobre eles, usando várias oportunidades económicas, políticas e sociais. (de Haan, 1998: 14-15).

Sen vê a vida como um consistente conjunto de funções inter-relacionadas. Estas funcionalidades variam em temas básicos como estar bem nutrido, gozar de boa saúde e evitar morbidade e mortalidade prematura a mais complexos, tais como felicidade, auto-respeito, participar na vida da comunidade, e assim por diante. "O que se reclama é que as funcionalidades são constitutivas da forma de ser de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de tomar a forma de uma avaliação destes elementos constitutivos "(Sen: 39).

As «Capacidades» consistem em conjuntos de possíveis funcionalidades, e reflectem a liberdade de uma pessoa para levar um determinado tipo de vida. O conjunto das “capacidades” reflecte a liberdade da pessoa para escolher vivências possíveis (Sen: 40).

Sen argumenta que o alcance das funcionalidades constituiu o bem-estar de uma pessoa e que a capacidade para atingir essas funcionalidades traduz-se na verdadeira liberdade de uma pessoa oportunidades reais - para alcançar o bem-estar. É a liberdade da igualdade que Sen defende – a igualdade na capacidade para alcançar funcionalidades validas, que compõe nossas vidas. Essa liberdade é boa para razões instrumentais (a julgar pelo bom 'negócio' que um indivíduo tem), mas também por razões intrínsecas - uma sociedade de liberdade é também uma boa sociedade. A escolha é em si uma parte valiosa da vida.

Sen entende, portanto, a pobreza como "...a falta de capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis. As funcionalidades relevantes para esta análise podem variar de elementos físicos, como estar bem nutrido, vestido e agasalhado assim como abrigado, evitar a morbidade, etc, a mais complexas realizações sociais, tais como tomar parte na vida da comunidade, não ter vergonha de aparecer em público, e assim por diante " (Sen: 110).

As consequências da exclusão social de desigualdade de rendimentos podem ser mitigadas com uma ampla base de serviços educativos e de assistência sanitária. As desigualdades nos rendimentos, saúde e educação são fundamentais uma vez que não são apenas blocos para a construção de capacidades de sobrevivência básica, mas também para a capacidade de gozar de

boa saúde e assegurar o sustento de si e da sua família. Sem argumenta que os rendimentos não são irrelevantes, mas insuficientes para uma compreensão adequada da privação: "Se queremos identificar a pobreza em termos de rendimentos, não pode ser suficiente olhar apenas para os rendimentos...independentemente da capacidade derivada de funcionar com esses rendimentos. A adequação dos rendimentos para escapar à pobreza varia de acordo com as características e circunstâncias pessoais " (Sen: 110-11).

Sen lembra-nos que "os recursos são importantes para a liberdade e que os rendimentos são cruciais para evitar a pobreza. Mas se nossa preocupação é, em última instância a liberdade, não podemos – dado a diversidade humana - tratar os recursos da mesma forma que a liberdade. Da mesma forma, se a nossa preocupação é com o fracasso de determinadas capacidades mínimas devido à falta de meios económicos, não podemos identificar a pobreza simplesmente pelos baixos rendimentos, dissociados da ligação interpessoal variável entre rendimentos e capacidade "...A ideia de" insuficiência de rendimentos 'vai além dos 'baixos rendimentos', pois a primeira é sensível à conversão de rendimentos em capacidade de uma forma que a dimensão do rendimento não pode "(Sen: 112).

Esta noção de pobreza é inseparavelmente relativa. A pobreza relativa "surge em qualquer momento em que um indivíduo não pode pagar, ou 'funcionar", nas palavras de Sen como a maioria das pessoas da sociedade em que ele / ela está vivendo" (Bourguignon:2). Numa sociedade baseada no mercado, rendimentos, e no controlo dos recursos que oferece, é fundamental definir capacidade: a privação relativa em termos de rendimentos, por exemplo a incapacidade de comprar determinadas comodidades pode tornar-se privação absoluta em termos de capacidades. Pode conduzir à impossibilidade de certas funções sociais como por exemplo a de aparecer em público sem vergonha (Sen, 1992:115, Abadia, 2).

Isto também fornece uma crítica à ideia de "igualdade de oportunidades", que é particularmente relevante para as crianças. Como as consequências de uma geração moldam as oportunidades da próxima não faz sentido a tentativa de separar igualdade de oportunidades de igualdade substantiva das consequências.

O trabalho de Sen foi influente na abordagem da pobreza das Nações Unidas. Para determinar o desenvolvimento humano, ou seja, realização das capacidades, a ONU utiliza um conjunto de indicadores destinados a avaliar condições fundamentais assim como a realização de funcionalidades. O amplamente citado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inclui quatro indicadores: expectativa de vida, alfabetização de adultos, taxa de escolarização bruta e rendimentos *per capita* - indicadores que representam condições fundamentais tais como o nível de vida alcançado, e funcionalidades alcançadas na saúde e na educação. Uma vez que nenhum indicador, ou mesmo conjunto de indicadores podem descrever satisfatoriamente o desenvolvimento humano, a ONU publica também um Índice de Pobreza Humana para países em desenvolvimento e desenvolvidos (IPH-1 e IPH-2), e um índice de Desenvolvimento de Género (IDG).

Enquanto o IDH mede realizações nacionais médias nas várias dimensões, o Índice de Pobreza Humana quantifica privações específicas nessas categorias, medindo a probabilidade de não sobrevivência até aos 60 anos, a taxa de analfabetismo de adultos, a incidência da pobreza e a taxa de desemprego de longa duração. O Índice de Desenvolvimento de género verifica para a mesma dimensão do bem-estar como o IDH, mas centra-se na desigualdade de género, por

observação de produções diferenciais entre homens e mulheres. A medida de participação segundo o género suplementa ainda esta informação com diferenças de género em termos económicos e oportunidades políticas.

Como será discutido posteriormente, a privação relativa, de capacidades conforme definido por Sen está intimamente relacionada com o conceito de exclusão social.

EXPLORANDO A INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAIS

A multidimensionalidade

Um elemento comum em muitas das definições de exclusão e inclusão é que estes são multi-dimensionais. Isto é, existem diferentes domínios de privação potencial que entram em jogo, de forma isolada ou em combinação para criar a exclusão. Isto não é inteiramente original na literatura de inclusão social. Muitos autores têm apontado que a desvantagem e a marginalização podem ocorrer numa variedade de domínios para além do económico (Jenson, 2000, Chambers, 1983).

Embora a falta de recursos económicos possa caracterizar um grupo marginalizado, a falta de conhecimento, direitos políticos e capacidade, reconhecimento e poder são também factores de marginalização (Jenson, 2000: 1).

Um exemplo de uma tentativa de operabilidade do conceito de exclusão é fornecido por De Haan (1998) que fornece um quadro das dimensões da inclusão e exclusão que inclui o desenvolvimento físico, económico, capital humano, político e social. Uma adaptação do quadro de Haan é apresentada no Tabela 1 e foi modificado de duas formas: primeiramente centramonos no Canadá, em vez da Índia, e posteriormente tentamos adaptá-lo às nossas crianças. Em alguns casos isto envolve a mudança dos indicadores tradicionais para tornar a criança como unidade de análise, em outros envolve o desenvolvimento de novos indicadores e fontes de dados. Neste ponto é importante não estar limitado pelos dados existentes.

O número de indicadores possíveis é quase ilimitado. Os bons indicadores devem preencher uma série de critérios (Bradshaw, 20). Estes critérios poderão incluir os seguintes:

- Os indicadores devem abranger as diferentes dimensões do bem-estar;
- Os indicadores devem focar-se nas consequências - os resultados reais da exclusão;
- Os indicadores não devem ser sujeitos a manipulação administrativa. Por exemplo, o número de famílias que recebem assistência social é certamente um indicador de agregados gravemente marginalizados e distanciados da população em geral mas desde que as regras de elegibilidade e procedimentos administrativos possam ter um impacto tão grande sobre o tamanho da carga de trabalho como condições ou iniciativas em outras áreas políticas, constituiu um indicador inadequado;
- Os dados devem ser nacionais, mas também captar distinções relevantes para o contexto canadiano - regional, urbano / rural, idade e períodos de imigração e divisões raciais;

- Os indicadores devem ser cruzados a nível nacional;
- Como estamos preocupados com a exclusão e inclusão para com as crianças, os indicadores devem captar tanto as condições actuais de exclusão, como os factores que estão orientados a nível do futuro e de oportunidades - que afectam o risco de exclusão no futuro. Os indicadores devem igualmente reflectir a transições importantes no ciclo de vida das crianças (Endean, 2001: 51).

As dimensões da exclusão

Na Tabela 1 observam-se varias tentativas para concretizar a noção de exclusão nas maiores dimensões de bem-estar para as crianças. Nesta representação, a exclusão pode ocorrer em várias dimensões: físicas, económicas, humanas, sociais (estes dois últimos são mais comumente designados como capital social e capital humano que implicam uma redução da vida humana devido a fins económicos) e por último político.

As dimensões físicas e económicas são condições base para a inclusão de crianças. Ou seja, são necessárias, se não existem condições suficientes para maximizar a capacidades das crianças. Os aspectos económicos incluem um indicador de desigualdade baseado no argumento de que a desigualdade é relevante em áreas chave do bem-estar e no argumento de Sen de que, a privação relativa em termos de rendimentos pode levar a privação absoluta nas capacidades. As dimensões físicas vão incluir aspectos espaciais de inclusão, como infra-estruturas de habitação e transporte, que são fundamentais para as distâncias sociais e físicas entre as pessoas.

Os *recursos humanos* consistem em indicadores de consequências, tais como os indicadores de saúde, que são instrumentais nas capacitações futuras. Os indicadores de educação são uma mistura de consequências (níveis) e indicadores de qualidade do ambiente em que esperamos ver as crianças prosperar.

Os *recursos sociais* também reflectem características individuais (raça e género), que iram desempenhar um papel importante na definição de oportunidades da criança, bem como medidas que reflectem o grau de convivência com o resto da comunidade (oportunidades de participação em grupos organizados).

Política - As crianças são tradicionalmente excluídas da política no sentido da restrição ao voto. Mas este é apenas um limitado entendimento da inclusão política, em qualquer caso. No caso das crianças, a inclusão política pode ser entendida num sentido mais amplo, onde a inclusão implica "uma oportunidade para participar no procedimento de tomada de decisão pública que circunscreve uma oportunidade na sua vida" (Suzumara, 1999, citado em Freiler, 2001). Esta dimensão da inclusão reflecte o valor atribuído à capacidade de escolher como um elemento de bem-estar no quadro de capacidade de Sen.

Pelo menos algumas definições sugerem que a exclusão implica múltiplas e sobrepostas fontes de privação. Empiricamente, aparte de uma pequena e severamente prejudicada minoria, a maioria das pessoas não parecem sofrer de múltiplas desvantagens (Phipps, 2000, Brandolini, 2000). No entanto, embora muitas formas de privação não se sobreponham necessariamente, a pobreza e a desigualdade estão intimamente ligadas com muitos, se não com a maioria das dimensões da exclusão - saúde, discriminação habitação, vizinhança, participação política.

O quadro apresentado na Tabela 1 deixa claro que a exclusão não é apenas co-extensiva com a pobreza, pelo menos no sentido convencional do rendimento e património. (Atkinson, 1998 Klasen, 1998). Atkinson, por exemplo, alegou que o desemprego, a pobreza e a exclusão estão relacionados, mas são conceitos distintos. Muitas vezes coincidem, mas não necessitam que isso aconteça. "As pessoas podem ser pobres sem ser socialmente excluídos ...As pessoas podem sentir-se socialmente excluídas sem serem pobres "(Atkinson, 1998: 9). No primeiro caso, numa sociedade onde a pobreza é generalizada uma pessoa não seria necessariamente excluída a nível social. Da mesma forma, se a pobreza é um fenómeno temporário, não precisa de levar à exclusão. Neste caso, a política estará relacionada com os riscos de pobreza a curto prazo, levando à exclusão. Neste último caso, as pessoas podem ser vítimas de discriminação, sem necessariamente serem pobres, embora, novamente, os dois andem muitas vezes juntos.

Os relatórios da ONU deixam claro que a relação entre riqueza e desenvolvimento humano não é automática. Os rendimentos são importantes, mas apenas é parte do que é exigido; meios, com o desenvolvimento humano como fim (PNUD, 1997:14). Países com níveis comparáveis de rendimento *per capita* têm, e frequentemente apresentam, diferentes níveis de desenvolvimento Humano - isto é, diferentes concretizações na conversão de rendimentos em capacidades. Da mesma forma o emprego pode aumentar a capacidade e autonomia, ou não se caracteriza por baixos salários, é contingente, incompatível com cuidados parentais ou mina a auto-estima dos seus funcionários. Com estas considerações podem examinar-se as políticas governamentais de forma a avaliar se valorizam ou inibem a capacidade e autonomia da população canadiana marginalizada.

No entanto, pelo menos em sociedades baseadas em mercado, os rendimentos e o bem-estar estão intimamente vinculados, como meios de aquisição de bens e serviços que são necessários, como parte de "boa vida ", e como medida do status dentro de si mesmo e para com o ambiente em que se insere. "As pessoas podem ser excluídas se são incapazes de participar em habituais actividades de consumo da sociedade em que vivem "(Atkinson, 10).

O emprego é uma fonte importante de bem-estar além dos rendimentos que gera. O desemprego pode levar à pobreza e exclusão social, mas *não necessariamente*, dependendo da duração do experiência, do sistema de segurança social, organização familiar e cultura (Saraceno, 2001: 6). A taxa de pobreza entre os desempregados varia dramaticamente de país para país (Saraceno, 2001: 12). O aumento do desemprego na Europa não tem sido acompanhado por um aumento na pobreza como o vivido pelos norte-americanos devido às fortes protecções dos rendimentos. Da mesma forma, a política do mercado de trabalho pode determinar varias oportunidades de emprego e, portanto, elevada probabilidade de o desempregado ser reabsorvido. Esta é uma reflexão do ponto Klasen de que a exclusão pode resultar de fontes directas de desvantagem mas pode também resultar de respostas políticas para com as fontes originais de desvantagem (Klasen: 9).

Atkinson (1998) refere que a exclusão é necessariamente *relativa*, que as pessoas só podem ser excluídas *em relação* a outra coisa. Atkinson também acrescenta um elemento dinâmico, orientado para o futuro elemento para a análise, argumentando que as pessoas são excluídas não apenas porque se encontram desempregadas mas porque têm poucas perspectivas de futuro.

Para terminar este ponto, que será posteriormente discutido com mais detalhe, as baixas taxas de desemprego, como rendimentos adequados são provavelmente condições necessárias, mas não

suficientes para a *inclusão*. Embora o desemprego possa levar a exclusão social, o emprego não é garantia de inclusão. Formas marginais de trabalho e de "flexibilidade "do mercado de trabalho são as rotas potenciais de exclusão *pele* emprego.

Tabela 1- Operabilidade da exclusão para crianças

Dimensão	Aspecto	Indicadores
Físico	Localização	Isolamento geográfico
		Acesso a parques públicos (limpos, seguros)
	Infra-estruturas	Acesso a transporte público
		Disponibilidade da biblioteca pública
	Habitação	Crianças em necessidade extrema de habitação
		Crianças em abrigos o alojamento temporário
		Ocupação
		Custos dos abrigos
Económico	Rendimentos	Pobreza da família e da criança
		Duração da pobreza
		Distribuição dos rendimentos dentro da família
		Índice gini de desigualdade de rendimentos
	Mercado laboral	Emprego parental
		Qualidade do emprego
		Desemprego em jovens
Acções	Acções financeiras não derivadas de pensões por elemento do agregado familiar	
Acções Humanas	Saúde	Baixo peso ao nascimento
		Mortalidade infantil
		Mortalidade em crianças
		Incapacidade
		Acesso a serviços de saúde- cobertura por um seguro de saúde suplementar
	Educação	Qualidade do ambiente escolar (incluindo recursos pedagógicos, actividades extracurriculares)
		Capacidade educacional
Acções sociais	Experiencia social	Género
		Raça
	Mobilização civil	Oportunidades de participação em desportos organizados e/ou outras actividades organizadas
	Psicológico	Auto-estima
		Suicídio em adolescentes
Politico	Poder	Direitos legais formais
		Acesso processual
	Participação	Consulta <i>versus</i> poder
	Acção	Participação política efectiva
	Cidadania	Imigrantes, não-cidadãos

Adaptado de Haan (1998b:15), Freiler (2001)

Processo e actuação

Uma segunda vantagem do conceito de exclusão/inclusão é que ela incide sobre forças de exclusão. Exclusão e inclusão são termos activos e sugerem que são resultado de processos, e de actos por instituições identificáveis e agentes individuais. Ou seja, directamente orientam-se para quem e o que é responsável pelo empobrecimento e marginalização - de instituições e indivíduos responsáveis pela exclusão ou inclusão. Embora seja comum em análises de pobreza tradicional ir além da simples apresentação do número de pessoas que estão abaixo de um limiar de pobreza, para se concentrar nas estruturas e políticas que criaram essa privação, o foco na inclusão torna estas questões centrais.

O conceito vai além da descrição de privação para focar nas relações sociais e nos processos e instituições que estão na base de este. Isto pode representar uma mudança na forma de olhar a privação em termos de atributos individuais, e no sentido de mecanismos, instituições e actores que são responsáveis pela privação. Ou seja, torna possível a discussão de poder e desigualdade.

Os actores sociais e políticos e instituições criam a exclusão e a atenção a estes atores e processos é uma das vantagens do exame da exclusão social. Klasen e outros afirmaram que a política do governo desempenha um papel na exclusão. A política pode criar exclusão, e pode reforçar desvantagens decorrentes de outras fontes, transformando uma desvantagem original em exclusão. A perda do emprego ou alteração do estado civil podem criar instabilidade e resultar numa perda de rendimentos e status. A forma como a política responde a estas condições podem ainda lançar as pessoas numa situação de pobreza e / ou conjugar estas desvantagens e infelicidades para criar exclusão. Como Saraceno (2001: 25) afirma: "... muitas regras sobre o direitos sociais e políticos agem eficazmente para excluir grupos que não podem cumprir os requisitos estabelecidos: por exemplo regras sobre o tempo de residência, ou definições do que se considera trabalho...".

Uma vez mais Haan (1998b), na tabela 2, tenta a operabilidade das instituições e processos responsáveis pela exclusão. De observar que os exemplos são hipotéticos e apenas ilustram como essas ideias podem ser postas em prática. No entanto, é aparente a partir da tabela 2 que a identificação das instituições e actores e processos pelos quais ocorre a exclusão ou inclusão não estão fixos ou predeterminados, mas reflectem as preferências ideológicas e o contexto social, político.

Tabela 2- As Instituições e os processos de exclusão

Aspecto	Indicador	Instituições/agentes	Processos
Localização	Isolamento geográfico	- Planeadores do governo local - Associações de contribuintes e de bairros	- Práticas municipais de zoneamento e processos de planeamento - NIMBYism
	Acesso a parques e espaços públicos		
Infra-estruturas	Acesso a transporte público	Planeadores de transporte/ oficiais do governo	Processos de orçamento locais e <i>seniors</i> de do governo
	Disponibilidade da biblioteca pública		
Habitação	Crianças em necessidade extrema de habitação	- Senhorios - Políticos - Restrições administrativas; gestão interna, empréstimo, restrições associadas com a habitação social	- Discriminação - Desrespeito pelas regras do senhorio - Processos de orçamento definidos por prioridades
	Crianças em abrigos o alojamento temporário		
	Ocupação		
	Custos dos abrigos		
Rendimentos	Pobreza da família e da criança	- Mercado laboral - Autoridades governamentais - Cultura e Uso - Homens	- Política macroeconómica - política de segurança dos rendimentos - Política económica local (adequação emprego, política de treino) - Discriminação de género
	Duração da pobreza		
	Distribuição dos rendimentos dentro da família		
	Índice gini de desigualdade de rendimentos		
Mercado laboral	Desemprego parental	- Mercado laboral - Autoridades governamentais - Empregadores	- Política macroeconómica - Política de segurança dos rendimentos - Discriminação
	Desemprego em jovens		
Acções	Riqueza, casa própria		Segurança contra percalços financeiros
Saúde	Baixo peso de nascimento	- Sistema público de saúde - Seguro privado/publico de saúde	- Acesso a cuidados necessários de saúde, dispositivos medicamentos, etc
	Mortalidade infantil		
	Mortalidade em crianças		
	Incapacidade		
	Acesso a serviços de saúde cobertura por um seguro de saúde suplente		
Educação	- Nível de	Sistema educativo público	Tutoriais, taxas do usuário

	escolaridade - Abandono escolar - Corrente educacional - Integração de crianças com necessidades especiais		para a educação, acesso a empréstimos estudantis y infantários
Experiencia social	Género	Racismo e sexismo sistemáticos	Sexismo e racismo
	Raça		
Mobilização cívica	Participação grupos desportivos, clubes e outras actividades grupais	Desportos praticados em comunidades ou escolas, grupos da comunidade e voluntários	
Psicológicos	Auto-estima		
Acção	Autonomia pessoal, cívica e económica	Variedade de instituições privadas e públicas	Capacidade (incluindo protecção legal, votação, autonomia económica e social)

O enfraquecimento de uma parte do apoio ao rendimento como os subsídios de desemprego, tem sido recorrente, no caso no Canadá desde a década de 1990, e pode significar que os desempregados são forçados a confiar nos seus recursos individuais ou na assistência social como meio de apoio. O primeiro implica esgotar recursos destinados para outros fins enquanto o último implica sujeitar-se ao altamente estigmatizante sistema de assistência social no qual os beneficiários são designados como dependentes, viciados em drogas ou analfabetos (Mitchell, 2001). O estigma da assistência social é tão grande que os beneficiários frequentemente escondem o seu *status* dos amigos, vizinhos, familiares e até mesmo dos seus próprios filhos. Normalmente, os benefícios são tão baixos que os destinatários não estão apenas empobrecidas, mas são impedidos de participar em muitas das actividades típicas de toda a sociedade. Isto pode resultar num profundo isolamento social que pode impedir as pessoas de interagir com o resto da comunidade, mesmo nas actividades que não exigem dinheiro.

Também as políticas de habitação podem criar guetos marginalizados ou assegurar bairros sociais economicamente diversos - combatendo o potencial de exclusão da “localização” e “habitação” identificadas na tabela 2. A falta de um programa de habitação - que efectivamente distribua a habitação de acordo com os resultados do mercado - significa que, para famílias de baixos rendimentos esta original fonte de desvantagem do mercado – é agravada quando são forçados a viver em piores habitações, concentradas em bairros de baixos rendimentos onde estão física e socialmente distanciados de outros membros da comunidade. Este resultado claramente acentua as diferenças económicas e sociais, comprometendo o trabalho que as instituições públicas, tais como as educativas, possam alcançar no encurtamento das distâncias sociais. Existem evidências desse processo de "segregação espacial económica "nas principais cidades do Canadá (Myles Picot, e Pyper, 2000).

De forma semelhante, as políticas nos domínios da saúde, educação e habitação, muitas vezes acentuam fenómenos de exclusão social. Por exemplo, programas orientados para a saúde e educação em populações marginalizadas podem simultaneamente prestar assistência como exagerar a separação dos membros dessas populações.

Com referência à Tabela 2, também se pode falar de como a política é formada como parte da inclusão. O processo de criação da política tem características que podem criar exclusão ou promover a inclusão. Os cidadãos podem experimentar falta de "voz" - ausência de indivíduos excluídos dos debates políticos que directamente os afectam. Esta exclusão e falta de voz efectiva não é experimentada de forma semelhante por toda a população - os canadianos de baixos rendimentos são mais profundamente excluídos dos debates políticos que os de altos rendimentos, que têm maior acesso aos processos políticos. Esta é uma forma de exclusão social - as classes de baixos rendimentos são apartadas pois não têm impacto na concepção de programas que são significantes para o seu bem-estar.

Os funcionários públicos, sob a direcção política desenham os programas. Isto é, os programas do governo que se destinam ao apoio a cidadãos de baixos rendimentos são concebidos e geridos por pessoas que não pertencem a essa classe. Os interesses dos beneficiários de baixos rendimentos são apresentados por benevolência. Os políticos e funcionários responderão a uma questão preocupante ao mesmo tempo que reconhecem que a sua política pode ter igual sucesso sem o apoio dos canadianos com baixos rendimentos. Assim o caminho fica livre para insuficientes programas, exclusões arbitrarias e regulação contraditória e caprichosa.

O escrutínio profissional que protege os interesses dos ricos é praticamente inexistente. Existem poucos estudos ou análises de programas de apoio a baixos rendimentos. Em contraste, considere-se o controlo a que o sistema de imposto de renda está sujeito. Uma comunidade como elevados níveis de instrução e capacidade analítica referida como "Bay street" - pode estudar a legislação em detalhe, e assim articular e promover as mudanças necessárias a partir da sua perspectiva. Usando os meios de comunicação e conexões políticas, podem defender as mudanças na legislação para corrigir aquilo que não serve os interesses dos seus clientes.

Compare-se a situação anterior com programas subsidiados de bem-estar, habitação e apoio infantil. Nenhuma organização analisa o efeito combinado dos diversos programas de que beneficiam os canadianos de baixos rendimentos. Assim, existe pouca investigação acertiva e documentada do impacto destes programas. Não existe qualquer fonte de informação a que as cidadãos de baixos rendimentos possam ter acesso de forma a saber organizar as suas finanças para maximizar os seus benefícios. A comunidade financeira, que fornece esse serviço para canadianos de classe média e alta não tem a informação ou a motivação para prestar este serviço aos de classe baixa. Não há interesse político ou social em melhorar a concepção do programa para canadianos de baixos rendimentos.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO OU PREVENÇÃO DA EXCLUSÃO?

Perspectivas sobre a inclusão e exclusão social

A multi-dimensionalidade, a importância dos actores e processos e a centralidade das desigualdades são todos aspectos importantes da inclusão. No entanto, este reconhecimento não nos aporta mais informação em termos de política.

Segundo Novick (2001), a questão central numa agenda de inclusão social é a mesma que a que enfrenta a política social na sua história: deveria a política tratar falhas existentes nas estruturas sociais e económicas para todos os cidadãos, ou é a missão da política a integração de marginalizados em estruturas justas e com bom funcionamento? A distinção entre os dois é a diferença entre criar inclusão e prevenir exclusão, isto é, quem é obrigado a ajustar-se.

As diferentes respostas a essa pergunta ilustram as diferentes preferências ideológicas e perspectivas sobre o que constitui a exclusão e, portanto, é pano de fundo para políticas destinadas a promover a inclusão. As perspectivas sobre a inclusão social reflectem diferentes suposições sobre as suas causas profundas, e portanto suas soluções. Silver (1994) e Levitas (1998) tentaram identificar distintos segmentos dentro dos vários usos do termo. Ambos identificam três abordagens distintas para a exclusão social, e ambos são claros em que os diferentes usos do termo "estão embrenhados em paradigmas em discussão da ciência social e ideologias políticas"(Silver, 1994: 6).

Silver designa as suas categorias de paradigmas de solidariedade, especialização e monopólio, que correspondem às tradições francesas, britânicas e nórdicas, respectivamente, e que estão fundamentadas nas diferentes filosofias políticas que determinaram a compreensão da desvantagem por cada tradição. De forma semelhante, Levitas rotulou os seus «Três discursos" de exclusão: inserção social, redistribuição e subclasse moral. As três abordagens diferem na forma como identificam a fronteira entre pessoas de dentro e de fora e a forma de alcançar a inclusão (Levitas: 7).

Sob o ponto de vista da integração social, a exclusão social, que Levitas rotula de DIS (discurso de integração social), o desemprego é visto como causa principal de exclusão. O trabalho remunerado é visto como um componente crítico da identidade e auto-estima e, portanto, necessariamente, o principal meio de inclusão.

Normalmente, para aqueles que seguem esta abordagem, a principal preocupação é a *coesão social* construída sobre a norma do emprego. O problema da exclusão é visto em termos do seu efeito sobre toda a sociedade - a exclusão mina a coesão, e ao fazê-lo, impõe custos à sociedade.

Os indicadores de sucesso no combate à exclusão a partir dessa perspectiva seriam um aumento na taxa de participação, especialmente em grupos alvo, como jovens ou desempregados de longa duração. A inclusão através do trabalho não é dirigida através do emprego, mas é reduzida a empregabilidade como objectivo da política. A redução de padrões globais de desigualdade não é o objectivo de combater a exclusão, mas sim, meramente colocar os excluídos sobre o limiar mínimo de inclusão através do trabalho remunerado. Este será o caso dos marginalizados, cuja exclusão é dirigida à sua incorporação em normas pelo emprego.

O foco no mercado de trabalho remunerado resulta em ignorar o papel e valor do trabalho não remunerado e nas responsabilidades familiares. Também obscurece no mercado de trabalho desigualdades como género, raça e outras.

Na *subclasse moral* (SM), variante da exclusão social, a atenção é dada às deficiências comportamentais e morais dos próprios excluídos que por sua vez define a fronteira entre incluídos e excluídos.

A preocupação central desta abordagem é o de evitar a dependência que se considera como um dos efeitos colaterais dos subsídios. Estes últimos são considerados como destruidores da iniciativa, independência e auto-respeito. O trabalho é uma necessidade moral como forma de evitar a dependência, sendo justificada a coacção neste sentido. A redução do número de pessoas com subsídio de desemprego e assistência social seria um indicador chave do sucesso no combate à exclusão. No entanto, como Saraceno (2001: 16) aponta, a razão porque os beneficiários de apoio social podem ser levados à exclusão pode estar menos relacionado com a sua influência corruptível e mais com o estigmático design do programa - a assistência social pode fomentar a exclusão pois está concebida dessa maneira.

Na variante redistributiva ou RED da exclusão, as preocupações centrais são a pobreza e a desigualdade e os impactos da exclusão na vida dos excluídos. O desemprego é considerado como a principal causa da pobreza e a igualdade de oportunidades é reconhecida como um substantivo grau de igualdade. Nesta variante é dado grande destaque à responsabilidade da sociedade para criar condições abrangentes.

Quando existem oportunidades de emprego a coacção é considerada desnecessária e possivelmente destrutiva da auto-estima conduzindo a maior exclusão quando na verdade esse não é o caso.

Para RED, portanto, um indicador chave na luta contra a exclusão seriam os standards de relativa qualidade de vida dos pobres – a extensão e profundidade da pobreza e uma medida de desigualdade de rendimentos como o índice de Gini.

Para DIS e SM, e em menor medida RED, o trabalho remunerado é visto como um elemento-chave para a inclusão. A variante redistributiva acrescentaria a ressalva de que a qualidade do trabalho também é importante e deve reduzir a pobreza. No entanto, existe a possibilidade de que inclusão no trabalho remunerado possa interferir com a inclusão noutros aspectos devido às longas horas de trabalho e ao impacto na vida familiar assim como ao aumento na carga laboral das mulheres. Os efeitos negativos do emprego - stress, falta atenção aos filhos e incapacidade de participar na educação da criança não são vistas como contribuindo para a exclusão. Isto ilustra o quão restritas podem ser as respostas das políticas bem como a lacuna em consignar dimensões chave da exclusão. Do nosso ponto de vista estas carências impedem esta política de ser uma base segura para a inclusão em qualquer outro dos termos restritos.

Figura 1. Taxa de desemprego versus pobreza (Canadá 1980-2000)

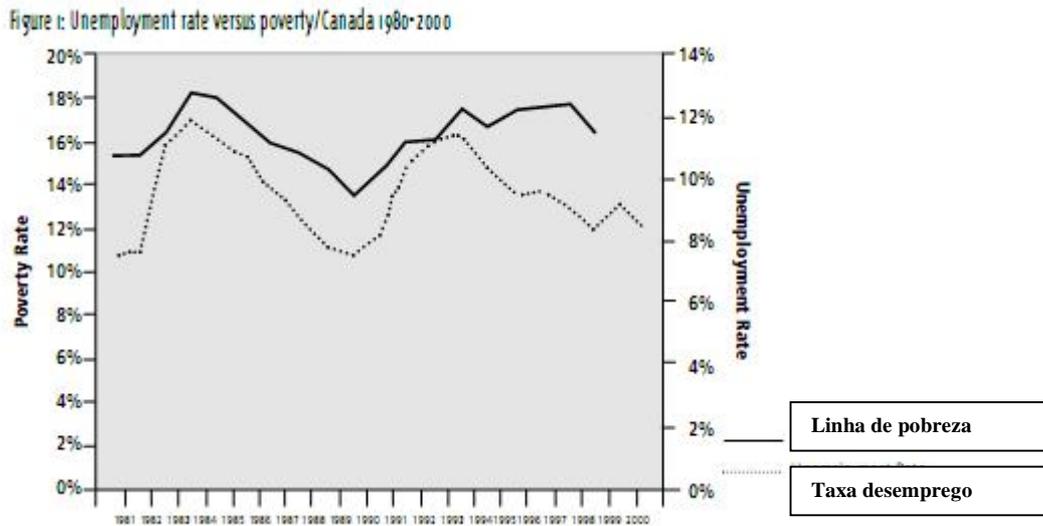
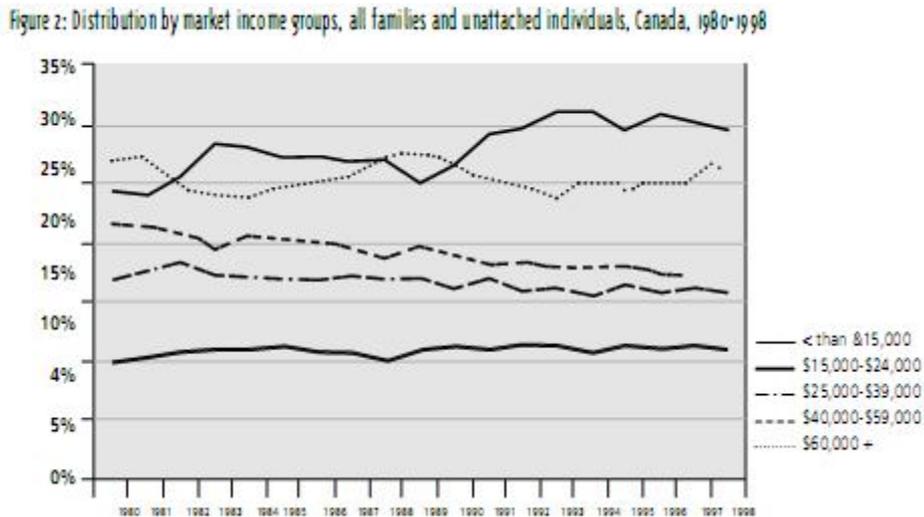


Figura 2. Distribuição por grupos de rendimentos de mercado, todas as famílias e indivíduos independentes, Canadá, 1980-1998.



Limites á inclusão através do emprego

Muitos autores têm destacado a centralidade do emprego para a inclusão social e a importância dos rendimentos, a auto-estima, relações sociais e integração que se pensa ocorrer através do emprego. A Comissão Europeia refere que "o emprego é o caminho fundamental para integração e inclusão social; o desemprego é o principal factor de exclusão, nomeadamente o de longa duração e o aumento da concentração de desemprego em domicílios em que ninguém trabalha" (Comissão das Comunidades Europeias, 2000: 6).

Isto não é de forma alguma construído social ou politicamente. Se o emprego cria inclusão, a sua ausência é socialmente inaceitável porque assim se determinou social e economicamente assim como se reforçaram políticas com estas preferências.

A luta moral contra a dependência, que é a preocupação primordial da SM manifesta-se numa abordagem e elegibilidade altamente restritivas a subsídios de apoio aos rendimentos. Programas que devem a sua inspiração mais a DIS adicionam estas estratégias de forma a integrar rapidamente as pessoas no mercado de trabalho através de programas de trabalho vigentes. Em resumo, o nosso argumento reside em que a atenção para com estas respostas políticas ignora as dimensões chave da inclusão e, portanto, não pode servir como uma base credível para uma política inclusiva. Além disso, políticas que pretendem promover a inclusão através de trabalho e empregabilidade são têm sequer muito sucesso nestes termos. A pobreza e a desigualdade, para não mencionar muitas outras facetas da inclusão devem ser componentes chave de uma estratégia de inclusão de forma a respeitar uma concepção multi-dimensional da inclusão.

Os limites para a inclusão através do trabalho são bastante evidentes. Em 1998, no meio de uma robusta recuperação económica e quando a taxa de desemprego tinha baixado de 8,3 para 11 por cento numa recessão³, a taxa de pobreza no Canadá manteve-se próxima dos níveis observados na pior parte da recessão. De facto, pela primeira vez desde que os rendimentos e a pobreza tinham sido publicados regularmente no Canadá, uma recuperação não tinha sido acompanhada por um declínio significativo na situação de pobreza (Figura 1).

É uma observação comum, mas significativa neste contexto, que o emprego em si não garante a impossibilidade de cair na pobreza. Em 1998, 18 por cento das famílias com dois elementos com uma única fonte de rendimento eram pobres. A adição de um segundo assalariado reduziu o risco de pobreza para 3,7 por cento. Entre agregados em que um dos membros assegurava os rendimentos, 27,2 por cento dos remunerados (de três quartos de todas essas famílias) permaneceu pobre. Entre indivíduos independentes, 20,5 por cento dos idosos do sexo masculino não assalariados eram pobres em 1998, como foram 25,9 por cento dos não idosos do sexo feminino (Estatísticas Canadá, 2000b).

De facto, em 1996, 5 por cento das famílias com um trabalhador a tempo inteiro continuavam pobres, assim como 10,4 por cento dos indivíduos independentes que eram trabalhadores a tempo inteiro. Ainda, 19,6 por cento das famílias pobres eram chefiadas por um trabalhador a tempo integral, e 9,5 por cento dos indivíduos pobres também trabalhou em tempo integral (Estatísticas Canadá, 1997).

Além disso, os baixos salários e o emprego precário estão a tornar-se norma na economia. Não é só a maior incidência de baixos salários mas também a dificuldade em evitar empregos precários (Finnie, 1997). Embora não haja significativa mobilidade para sair da pobreza, aqueles que deixam a pobreza não tendem a ir muito longe (Finnie, 2000). O número de famílias cujos rendimentos de mercado caíram abaixo dos 15.000 dólares anuais cresceu nas últimas duas décadas, enquanto o número de rendimentos de nível médio diminuiu (figura 2). Uma proporção crescente de postos de trabalho é a tempo parcial ou temporais.

É claro que existe um outro lado da polarização do mercado de trabalho. O número de pessoas que trabalham longas horas está a aumentar e há evidências de que isso também possa ser prejudicial à saúde e estar ligado a outras formas de exclusão, o que Jackson e Scott (2001) denominaram como "hiper-inclusão" no mercado de trabalho:

Um número crescente de trabalhadores sofrem maior pressão, fadiga, hiperactividade e incapacidade de alcançar um desejado equilíbrio entre o trabalho remunerado e família, tempo pessoal e cívico.(Ouro e Figart, 2000)

A discriminação também irá limitar a inclusão de muitas pessoas no mercado de trabalho. Ornstein (2000) encontra evidências de substancial segregação ocupacional (empregos de baixa qualificação) e maiores taxas de emprego a tempo parcial entre os grupos racialmente identificados na cidade de Toronto. As chamadas "economias étnicas" existem em certa medida em cidades com altos níveis de imigração onde grupos de imigrantes encontram emprego em determinados segmentos e nicho mas que pode limitar o seu acesso ao mais amplo mercado de trabalho. A mera inclusão no mercado de trabalho não terá qualquer influência nas forças exclusivamente discriminatórias.

Políticas internacionais de combate à exclusão

O espaço não permite outra coisa que não algumas observações a respeito das agendas políticas implementadas a nível internacional para combater a exclusão. No entanto, uma revisão de três significantes vertentes da política na Grã-Bretanha, França e América do Norte destaca alguns dos principais pontos de partida para a política.

Grã-Bretanha

O uso britânico do termo tem suas origens no individualismo liberal e é altamente influenciado por desenvolvimentos de políticas sociais importadas dos Estados Unidos da América, que redefinem a cidadania em deveres e obrigações e não tanto na noção "marshaliana" dos direitos políticos, sociais e civis (Abbey: 2).

Tabela 3: "Novo acordo" da Grã-bretanha.

Grupo alvo	Programação
1. Idades entre 18-25 e desempregados por mais de 6 meses	Emprego subsidiado com um empregador (subsídio de 60 libras por semana por 6 meses mais 750 libras de seguro de formação por pessoa)
2. Desempregado há dois ou mais anos	Subsídio de salário de 75 libras por 6 meses
3. Famílias monoparentais cujos filhos mais novos estão no segundo período de educação integral	Famílias monoparentais com subsídios serão "convidadas" a deslocar-se a um centro de emprego para desenvolverem um plano de acção. A participação é voluntária. Os participantes são rapidamente detectados para crédito familiar e cuidados a crianças.
4. Inválidos que recebem subsídios de incapacidade e invalidez	

Fonte : Peck, 2001: 304-305

A Unidade de Exclusão Social do Ministério possui uma ampla agenda de pesquisa com grande variedade de tópicos relacionados com a exclusão social centrada particularmente nas populações severamente multi carentes: vadios, sem-abrigo, bairros pobres; adolescentes desempregados e sem educação ou formação e adolescentes grávidas. No entanto, estes são maioritariamente retóricos. A peça central é claramente o programa do novo acordo, *New Labour*, de prosperidade-no-emprego. É o único que até á data foi actualizado e se traduziu em políticas com substancial apoio orçamental. A tabela 3 descreve os principais elementos do novo acordo.

O novo acordo *New Labour* tem claro ênfase na empregabilidade e na promoção do vínculo laboral reduzindo a problema da exclusão por falta de pagamento pelo mercado de trabalho e desse a atributos e atitudes individuais. "Não haverá quinta opção – de ficar em casa com pleno benefício " de acordo com a muitas vezes repetida frase do chanceler, empregando a norte americana retórica de dependência da prosperidade impregnada do discurso de exclusão da subclasse moral de Levira.

Nenhuma consideração é dada à qualidade do emprego ou a outros aspectos da exclusão que podem de facto ser exacerbadas pela promoção do vínculo ao mercado de trabalho de alguns grupos, como famílias monoparentais e a atenção a obstáculos como a necessidade de mais educação e formação e outros apoios é limitada.

Se as políticas anti-exclusão inspiradas em SM e DIS, de facto, reforçam a exclusão por determinação dos sujeitos como algo separado e diferente do resto da "população trabalhadora"; encarados como defeituosos nas capacidades pessoais ou outros atributos, o financiamento do programa do novo acordo reforça esta mensagem de exclusão. O dinheiro para o programa veio de um imposto especial recolhido de uma só vez pela privatização de utilidades, que transmitiram que o financiamento do novo acordo não exigiria uma contribuição de outros contribuintes nem no momento nem no futuro (Peck, 2001: 301).

França

Em contraste com a restrição do novo acordo há a ampla política orientada para combater a exclusão em França⁴. O *Loi de prévention et de lutte contre les exclusions* de 1998 do governo Jospin políticas continha politica em variadas áreas: emprego e formação, tanto em oferta como procura, subsídios, habitação e carência da mesma, saúde, educação, serviços sociais, direitos políticos, cultura e cidadania. "Assim como a exclusão é concebida como tendo muitas dimensões económicas e sociais a lei anti-exclusão possuiu um determinado numero de porções "(Silver, 1998: 46).

A vertente do emprego da lei francesa é especialmente notável por ter aceitação para além da política britânica mais centrada na oferta. Isso inclui não apenas a provisão esperada como as políticas adequadas mas também políticas para reforçar o lado da demanda do mercado de trabalho, promoção da igualdade no mercado de trabalho e políticas para ajudar a equilibrar entre família e emprego.

Nesta gama pode-se reconhecer uma tentativa de lidar com os dois níveis da exclusão de

Saraceno: as questões macro, que criam exclusão bem como as micro experiências que conferem a ausência de vínculo dos indivíduos.

Tabela 4. Lei de prevenção e luta contra a exclusão, Jospin Government, 1998	
Aspecto	Políticas
Emprego e formação	Capacitação para a inserção de jovens e adultos que procuram emprego e prevenção de desemprego de longo prazo; Políticas de formação; Programas de negócios; Regulação do mercado laboral;
Contratações e outros incentivos aos negócios	Por exemplo, exceções a encargos sociais para a criação de oportunidades negócios
Terceiro sector	Duplicação de empresas de inserção PLIE (pactos territoriais para o emprego - parcerias locais para emprego) Bolsas de férias solidárias de especial interesse público de grupos de associações de caridade y de desemprego.
Alterações aos mínimos sociais	Incentivos a RMI, ASS e API permitindo a manutenção no primeiro ano de emprego de uma decrescente proporção de trabalho em part-time e salários mínimos. Benefícios ASS, API aumentados e indexados aos preços: Salário mínimo garantido a nível RMI em outros programas Programas que permitam a pessoas endividadas e que estejam na banca rota alargar o seus períodos de pagamentos para assim ganharem rendimento para manterem as suas casas Redução do intervalo entre CES e os mínimos sociais
Políticas de habitação e de sem abrigo (subsequentemente regulados como inconstitucional)	Fundos solidários sociais Impostos para propriedades vazias Protecção á fuga Políticas para fomentar a mistura geografica e social
Saúde	Cobertura universal Acesso regional a hospitais e medicamentos
Educação	Relançar ZEP
Serviços sociais	Unidades de emergência moveis para prevenir rompimentos de famílias e cortes de utilidade
Cidadania	Ajuda a que os sem abrigo votem, a conseguirem assistência legal, conta bancária e identificação nacional.
Cultura	Acesso a práticas culturais e artísticas; estabelecimentos culturais combatem exclusão; empregos mediadores.

Fonte : Silver, 1998: 48-48.

Prosperidade - para- quê na América do Norte?

A inclusão ou exclusão social como um foco de política ainda dá os primeiros passos na América do Norte e por isso é prematuro caracterizá-lo. Embora a política exista para abordar algumas dimensões da inclusão, outras são ignoradas, e nenhuma é parte de uma coordenada agenda de inclusão. É claro que o Canadá desfruta de cuidados universais de saúde pública e educação. No entanto, como já foi referido os benefícios de uma política - a educação pública - podem ser prejudicados por falta de atenção à exclusão criada por uma outra política -

habitação. Na ausência de qualquer visão abrangente da inclusão parece que a política no Canadá deriva para uma compreensão da exclusão e inclusão firmemente enraizadas na baixa classe moral (SM) e nas abordagens de integração social (DIS)⁵. Os programas de habitação federal e provincial foram rescindidos ou partidos, os benefícios para as crianças foram renovados para incentivar programas de trabalho remunerado e os programas de assistência social têm se tornado cada vez mais preocupados com a promoção de emprego, com exclusão de proteger o bem-estar dos beneficiários.

Se existe uma orientação política que claramente reflecte a exclusão social subjacente da filosofia da DIS e da SM teria de ser os programas de prosperidade no trabalho que constituem uma epidemia na América do Norte e que migraram agora para a Europa. Estes programas são tentativas de integrar excluídos através do emprego. É importante compreender, rever e criticar estes programas a partir de uma perspectiva de inclusão porque este é o mecanismo político por meio do qual a promoção da inclusão através do trabalho é mais provável de se manifestar no Canadá. Esses programas normalmente são estritamente orientados na empregabilidade imediata e envolvem apenas investimentos mínimos em formação. O seu objectivo é o emprego rápido a baixo custo. É aqui que são mais evidentes as limitações de promover a inclusão para os grupos menos favorecidos através do vínculo laboral.

Os resultados de tais programas são modestos, até mesmo para os seus restritos objectivos de emprego e rendimento nunca considerando qualquer standard mais alargado como os implicados na inclusão social. Os empregos para beneficiários da previdência social tendem a ser pouco qualificados, mal pagos e instáveis. A mobilidade ascendente é limitada. Poucos fornecem benefícios. O desemprego e as reivindicações são elevados. Isso foi demonstrado em diferentes jurisdições dos Estados Unidos (Friedlander e Burtless, 1995, Loprest, 2001 Boushey e Gundersen, 2001), Rio de Janeiro (Mitchell, 1998, Rio de Janeiro, 1998), Alberta Shillington (1998; Elton, Sieppert, Azmier e Roach, 1997), New Brunswick e British Columbia (Cartão e Robbins, 1996) e Quebec (Reynolds, 1995).

As investigações no Canadá e EUA têm mostrado que uma grande proporção de pessoas que abandonam a assistência experimentam dificuldades críticas mesmo quando empregadas depois de deixarem de receber subsídios (Loprest, 2001 Boushey e Gundersen, 2001, Elton, Sieppert Azmier e Roach, 1997). Um grande número de ex-beneficiários que *estavam a trabalhar* referiram dificuldades críticas para comprar comida, pagar a casa ou contas de casa o mesmo de perder as suas moradias (Loprest, 2001). Um grande número também relata dificuldades graves tais como preocupações sobre as necessidades básicas e apoios e serviços inadequados tais como cuidados de saúde e infantis (Boushey e Gundersen, 2001).

O que está menos bem documentado é o impacto da reforma do subsídio sobre as dimensões do bem-estar da criança e da família para além do estritamente económico. Existe nos círculos políticos a presunção do impacto virtuoso do emprego parental para a família, independentemente da sua qualidade, substancial remuneração no topo da carreira, não se ignorando totalmente qualquer papel que um dos pais possa ter. No entanto, há um número crescente de trabalhos jornalísticos versando o crescente stress de conciliar empregos com baixos salários e cuidado parental como resultado da reforma do subsídio. Os poucos estudos que referem medidas de bem-estar da criança e da família descobriram que, com as consequências económicas as melhorias no bem-estar da criança e família estavam misturadas com alguns indicadores que mostravam melhorias em média, com outros apresentando variação

negativa⁶. Os resultados também estavam misturados em termos de relações com filhos e amigos (Knox et al. 2000 Bancroft, e Currie, 1995: 14, Morris e Michalopoulos, 2000).

Quais os efeitos mais amplos de tais políticas? É evidente que estes investimentos limitados cobrem algumas das dimensões potenciais do bem-estar infantil ou dos processos de exclusão e inclusão descritos anteriormente além das correntes de emprego parental.

Se surgiram preocupações com a coesão social na sequência do generalizado deslocamento da economia, uma maneira de entender tais políticas é a tentativa parcial de restabelecer a coesão, num contexto onde os instrumentos tradicionais dos governos estão a ser neutralizados ou removidos. Tais políticas podem permitir aos marginalizados pelo menos algum contacto com o resto do sociedade e da norma social de emprego, se intermitente e na camada inferior do mercado de trabalho. De uma perspectiva de formulação de políticas isto pode prevenir a exclusão completa, com maior impacto social que acompanha a perda de coesão social. Se tais políticas não promovem a plena inclusão podem pelo menos prevenir a exclusão total e a percepção de ameaça para a coesão que a acompanha.

As agendas políticas que se concentram apenas na inclusão através do mercado de trabalho e falham na abordagem de questões relativas á pobreza e desigualdade que são necessárias, se não suficientes, para promover a inclusão social. Estas não conseguem permitir qualidade de emprego e não têm em conta o possível papel que empregos de baixa remuneração podem ter no reforço da exclusão económica além de outras dimensões da exclusão. Pior ainda, é possível, se não mesmo provável, que uma política criada com oferta trabalho de baixo salário vá reformular o mercado de trabalho contingente, ampliando a oferta de postos de trabalho á medida que os empregadores reajustam os seus empregos para tirar vantagem da oferta de trabalho (Peck, 1998).

Estas políticas podem também reduzir os números da assistência mas a pobreza no trabalho e a desigualdade podem aumentar á medida que se incrementa a distância social entre os beneficiários da assistência social, do emprego precário e do resto da sociedade. Como tal deve concluir-se que eles promovem uma dimensão limitada e incompleta da inclusão com sacrifício de muitos outros.

CONCLUSÕES

O conceito de inclusão social, particularmente como descrito usando o conceito de capacidade de Sen, é um modelo mais completo para o acompanhamento social do bem-estar que os rendimentos ou o emprego. Enquanto estas são condições base importantes para a família e o bem-estar infantil, são mecanismos insuficientes para a plena inclusão dos mesmos. A diferença passa pelo contraste entre um consumidor e um cidadão. O que é preciso são políticas que promovam as capacidades dos trabalhadores para estes hajam como cidadãos com igual liberdade para conduzir uma vida que têm razões para valorizar.

Para aqueles que desejam promover uma agenda de inclusão, isto implica novas mas importantes mudanças nos enfoques. Também implica um enfoque nas capacidades e nos resultados alcançados ao invés de simplesmente análise dos rendimentos. Isto também implica que os apoios devem fornecer os rendimentos necessários assim como facilitar o emprego (acesso efectivo aos cuidados da criança), educação (incluindo secundário e pós-secundário) e regulamentos que não desincentivem a poupança.

Em segundo lugar, como um quadro para a política social este conceito exige que tenhamos uma visão mais holística da criança e do bem-estar familiar o que, por sua vez, exige que se reconheça a inter-relacionamento das várias formas de exclusão.

Terceiro, sugere que uma maior prioridade dever ser dada ao potencial e às limitações dos governos locais para promover a inclusão. Embora os níveis de alto escalão do governo possam ter maior influência sobre a determinação de condições, as cidades podem fazer muito para diminuir outros aspectos de distância social e física entre pessoas (Andrew, 2001). E os cidadãos têm grande confiança na sua capacidade de compreender e responder às necessidades sociais das comunidades (Conselho Comunitário de Planeamento Social da Toronto, 2001).

Em quarto lugar, a atenção dispensada aos actores e processos através dos quais a inclusão pode ser criada sugere que é preciso olhar para além do *conteúdo* da política para também controlar o modo *como* a política é feita. Isto proporcionaria alguma selecção contra a má concepção, exclusões arbitrárias, regulamentação contraditória e caprichosa.

Uma forma subtil de exclusão social vem do processo político. Isto leva à exclusão do desenvolvimento da política. Como consequência, programas de apoio social e a rendimentos são desenvolvidos por profissionais, de classe alta e média de acordo com as classes baixas. Este facto não só prejudica a eficiência destes programas como também sublinha a exclusão social das populações vulneráveis pela forma como são alienadas do desenvolvimento de políticas e programas que afectam as suas vidas.

O número crescente de governos nacionais que identificam a exclusão social como uma prioridade tem de ser resolvido, assim como a constituição de políticas neste sentido. Embora haja uma grande diferença na compreensão do que pode significar a promoção da inclusão não é mais ampla do que os diferentes pontos de vista envolvidos no que significa lutar contra a pobreza. O desafio é fazer isto sem perder o significado da pobreza e da desigualdade, das violações das condições necessárias para prosseguir as nossas vidas com sentido.

No entanto, se a inclusão social não vier equipada com todas as respostas, pode encorajar-nos a fazer melhor formular as perguntas e fornecer uma oportunidade de adicionais pontos para discussão e debate.

Notas

1. Na verdade, parece que a principal distinção que Sen marca entre os dois conceitos se baseia na diferença entre exclusão "activa" versus "passiva" e as decorrentes implicações políticas (Das Gupta, 1999: 2).
2. A concentração sobre o rendimento é compreensível. É evidentemente significativo, mas também é possível que lhe tenha sido dada maior importância simplesmente porque o rendimento é mais fácil de medir do que saúde, alfabetização, desenvolvimento social e participação política.
3. A taxa de desemprego tem caído desde então para cerca de 7 por cento (Estatísticas, Canadá, 2000a).
4. Pode-se admirar a amplitude do pensamento político mantendo-se crítico para com os objectivos subjacente sociais integracionista e de coesão do programa.

5. Ver, por exemplo, a apresentação de Michael Hatfield à conferência da Fundação Laidlaw (Hatfield2001), em que o problema da exclusão é definida como persistentes baixos rendimentos depois reduzidos a exclusão pelo trabalho remunerado.
6. Os impactos sobre a vida familiar foram medidos em termos de taxas de casamento, casa própria, a qualidade do ambiente familiar, depressão, violência doméstica, comportamento da criança, auto percepção de saúde, desempenho escolar e participação escolar. Pouco mais de metade dos indicadores apresentaram variações positivas que foram estatisticamente significativas, sendo os restantes negativos ou não significativos. As melhorias marginais positivas, em média, sugerem que muitos dos entrevistados teriam experimentado resultados negativos.